



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD
Nº 70021019427
2007/CÍVEL

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.
MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA. CARGO EM
COMISSÃO. EXTINÇÃO POR LEI MUNICIPAL
SUPERVENIENTE. PERDA DE OBJETO.**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
JULGADA PREJUDICADA.**

**AÇÃO DIRETA DE ÓRGÃO ESPECIAL
INCONSTITUCIONALIDADE**

Nº 70021019427 COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO SR DR PROCURADOR GERAL DE JUSTICA PROPONENTE

MUNICIPIO CAPAO DA CANOA REQUERIDO

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPAO DA CANOA REQUERIDO

EXMO SR DR PROCURADOR GERAL DO ESTADO INTERESSADO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

I – Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto a retirada do ordenamento jurídico de parte do art. 12 da Lei Municipal n. 2.341/2006 do Município de Capão da Canoa.

Sustenta a inconstitucionalidade material, por ofensa aos arts. 19 e 32, ambos da Constituição Estadual. Afirma que a possibilidade de criação de cargos em comissão deve ser limitada aos altos escalões da Administração Pública, sendo essa a garantia do direito da comunidade ao amplo acesso aos cargos públicos e à estabilidade. Diz que o cargo em



LFSD
Nº 70021019427
2007/CÍVEL

questão não se reveste materialmente de função de alta qualidade técnica a exigir e possibilitar a criação de cargo em comissão. Aduz, ainda, que o Município de Capão da Canoa desviou-se da finalidade para a qual possibilitada, em exceção á regra geral, a criação de cargos em comissão (cujo provimento dispensa concurso público).

Requer, pois, (a) a concessão de medida liminar, determinando a suspensão dos efeitos de parte do art. 12 da Lei Municipal n. 2.341/2006, relativamente ao cargo de “Coordenador de Biblioteca”, por afronta aos arts. 8º, 19, *caput* e inciso I, 20 e 32 da Constituição Estadual, combinados com o art. 37, *caput* e inc. II, da Constituição federal .

A liminar foi deferida, conforme decisão de fls. 49-52.

Notificados, o Sr. Prefeito Municipal apresentou informações às fls. 63-65.

A Câmara Municipal de Capão da Canoa, por sua vez, apresentou informações às fls. 69-71, noticiando a aprovação do Projeto de Lei n. 104/2007, que prevê a extinção do cargo de Coordenador de Biblioteca na Lei Municipal n. 2.341/2002.

Citada, a Sra. Procuradora-Geral do Estado pugnou pela manutenção do artigo de Lei questionado, com base no princípio que presume sua constitucionalidade (fl. 216).

O Ministério Público, em manifestação final (fl. 79), opinou pela extinção do feito, forte no art. 267, VI, do CPC.

É o relatório.

II – Julgo extinto o feito, por perda de objeto.

Conforme consta das informações prestadas pelo Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Capão da Canoa, o cargo de Coordenador de Biblioteca do Quadro de Cargos em Comissão, previsto no



LFSD
Nº 70021019427
2007/CÍVEL

art. 12 da Lei Municipal n. 2.341/2006, foi extinto pela Lei Municipal n. 2.448, de 27.09.2007 (fl. 80).

Nessa perspectiva, impõe-se reconhecer que a presente ação direta de inconstitucionalidade resta prejudicada em razão da perda de seu objeto.

Nesse sentido:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REVOGAÇÃO NO CURSO DA DEMANDA. PERDA DO OBJETO. AÇÃO PREJUDICADA. DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA EXTINTA. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70014971451, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Amo Werlang, Julgado em 26/02/2007)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS. Uma vez revogadas as Leis nºs 38 e 39, que fixaram os subsídios dos agentes políticos do Município de Marcelino Ramos, o respectivo exame resta prejudicado. Efeito reflexo no que tange à Lei nº 37/98. Processo extinto por perda do objeto. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 599350642, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 26/06/2006)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PERDA DO OBJETO. Uma vez revogada a Lei Municipal atacada, a ação direta de inconstitucionalidade perde seu objeto. Extinção do processo sem apreciação do mérito. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70012057543, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 22/05/2006)

Pelo exposto, julgo prejudicada a ação direta de inconstitucionalidade por perda de seu objeto, impondo-se, a sua extinção nos termos do artigo 267, VI, do Código de Processo Civil.

Intime-se.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



LFSD
Nº 70021019427
2007/CÍVEL

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2007.

DES. LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI,
Relator.

cb